Parlamento Europeu
2024-2029

Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários

2025/2214(INI)

19.11.2025

PROJETO DE RELATÓRIO

sobre o Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas 2026 (2025/2214(INI))

Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários

Relatora: Kira Marie Peter-Hansen

ÍNDICE

Página

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU 3

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.....9

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU

sobre o Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas 2026

(2025/2214(INI))

O Parlamento Europeu,

– Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), nomeadamente os artigos 121.º, 126.º e 136.º,

– Tendo em conta o Protocolo n.º 1 do Tratado da União Europeia (TUE) e do TFUE relativo ao papel dos Parlamentos nacionais na União Europeia,

– Tendo em conta o Protocolo n.º 2 do TUE e do TFUE relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade,

– Tendo em conta o Acordo de Paris da Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, de 12 de dezembro de 2015, e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas,

– Tendo em conta o Regulamento (UE) 2021/1119 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de junho de 2021, que cria o regime para alcançar a neutralidade climática e que altera os Regulamentos (CE) n.º 401/2009 e (UE) 2018/1999 («Lei europeia em matéria de clima»)[1],

– Tendo em conta o Protocolo n.º 12 do TUE e do TFUE sobre o procedimento relativo aos défices excessivos,

– Tendo em conta o Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação na União Económica e Monetária,

– Tendo em conta o Regulamento (UE) 2024/1263 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2024, relativo à coordenação eficaz das políticas económicas e à supervisão orçamental multilateral e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1466/97 do Conselho[2],

– Tendo em conta o Regulamento (UE) n.º 2024/1264 do Conselho, de 29 de abril de 2024, que altera o Regulamento (CE) n.º 1467/97 relativo à aceleração e clarificação da aplicação do procedimento relativo aos défices excessivos[3],

– Tendo em conta a Diretiva (UE) 2024/1265 do Conselho, de 29 de abril de 2024, que altera a Diretiva 2011/85/UE que estabelece requisitos aplicáveis aos quadros orçamentais dos Estados-Membros[4],

[1] JO L 2021/1119 de 9.7.2021, ELI: http://data.europa.eu/eli/reg/2021/1119/oj.
[2] JO L, 2024/1263, 30.4.2024, ELI: http://data.europa.eu/eli/reg/2024/1263/oj.
[3] JO L, 2024/1264, 30.4.2024, ELI: http://data.europa.eu/eli/reg/2024/1264/oj.
[4] JO L, 2024/1265, 30.4.2024, ELI: http://data.europa.eu/eli/dir/2024/1265/oj.

– Tendo em conta o Regulamento (UE) n.º 1173/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de novembro de 2011, relativo ao exercício eficaz da supervisão orçamental na área do euro[5],

– Tendo em conta o Regulamento (UE) n.º 1174/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de novembro de 2011, relativo às medidas de execução destinadas a corrigir os desequilíbrios macroeconómicos excessivos na área do euro[6],

– Tendo em conta o Regulamento (UE) n.º 1176/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de novembro de 2011, sobre prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos[7],

– Tendo em conta o Regulamento (UE) n.º 472/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, relativo ao reforço da supervisão económica e orçamental dos Estados-Membros da área do euro afetados ou ameaçados por graves dificuldades no que diz respeito à sua estabilidade financeira[8],

– Tendo em conta o Regulamento (UE) n.º 473/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, que estabelece disposições comuns para o acompanhamento e a avaliação dos projetos de planos orçamentais e para a correção do défice excessivo dos Estados-Membros da área do euro[9],

– Tendo em conta as previsões económicas da primavera da Comissão para 2025, de 15 de maio de 2025,

– Tendo em conta as previsões económicas do outono da Comissão para 2025, de 17 de novembro de 2025,

– Tendo em conta o relatório da Comissão, de 17 de março de 2025, intitulado «Debt Sustainability Monitor 2024» [relatório sobre a sustentabilidade da dívida de 2023],

– Tendo em conta a Comunicação da Comissão, de 19 de março de 2025, intitulada «Accommodating increased defence expenditure within the Stability and Growth Pact» [Integração de um aumento das despesas com a defesa no Pacto de Estabilidade e Crescimento] (C(2025)2000),

– Tendo em conta o relatório de Mario Draghi, de 9 de setembro de 2024, intitulado «The future of European competitiveness» [O futuro da competitividade europeia] (relatório Draghi),

– Tendo em conta o Livro Branco – Preparação da defesa europeia 2030, de 20 de março de 2025,

– Tendo em conta o artigo 55.º do seu Regimento,

– Tendo em conta o parecer da Comissão dos Orçamentos,

---

[5] JO L 306 de 23.11.2011, p. 1, ELI: http://data.europa.eu/eli/reg/2011/1173/oj.
[6] JO L 306 de 23.11.2011, p. 8, ELI: http://data.europa.eu/eli/reg/2011/1174/oj.
[7] O L 306 de 23.11.2011, p. 25, ELI: http://data.europa.eu/eli/reg/2011/1176/oj.
[8] JO L 140 de 27.5.2013, p. 1, ELI: http://data.europa.eu/eli/reg/2013/472/oj.
[9] JO L 140 de 27.5.2013, p. 11, ELI: http://data.europa.eu/eli/reg/2013/473/oj.

– Tendo em conta o relatório da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (A10-0000/2025),

A. Considerando que o Semestre Europeu desempenha um papel essencial na coordenação e no alinhamento das políticas económicas e orçamentais nos Estados-Membros;

B. Considerando que as recomendações do Semestre Europeu em 2026 desempenharão um papel essencial na conceção dos planos de parceria nacionais e regionais, a elaborar pelos Estados-Membros em 2027;

C. Considerando que, segundo as previsões do outono de 2025 da Comissão, o crescimento do PIB na UE deverá aproximar-se do crescimento potencial, estando o pleno emprego e a inflação próximos do nível da meta;

D. Considerando que a UE tem necessidades de investimento avassaladoras, nomeadamente um investimento anual adicional de 800 mil milhões de EUR, que o relatório Draghi considera necessário para impulsionar a competitividade da Europa, e um montante adicional de 800 mil milhões de EUR, para despesas adicionais com a defesa no âmbito do Plano ReArm Europe/Prontidão 2030;

E. Considerando que a UE enfrenta grandes desafios, nomeadamente as ameaças que emergem das fronteiras orientais, a instabilidade geopolítica e a incerteza comercial, ao mesmo tempo que subsistem desafios a longo prazo, como as transições ecológica e digital;

F. Considerando que o TFUE estabelece valores de referência de até 3 % para o défice orçamental e de 60 % para o rácio dívida/PIB;

G. Considerando que o Conselho não lançou quaisquer procedimentos relativos a desequilíbrios macroeconómicos excessivos desde que estes procedimentos foram criados, em 2011;

H. Considerando que esta Comissão está empenhada em ser uma «Comissão do investimento», mas ainda não tomou medidas significativas para impulsionar o investimento da UE para um nível proporcional às necessidades das transições ecológica e digital;

Perspetivas económicas da UE

1. Observa que, nos últimos cinco anos, a UE enfrentou grandes desafios, incluindo o surto da pandemia de COVID-19 e a guerra da Rússia contra a Ucrânia, que tiveram grandes impactos económicos; sublinha a eficácia das iniciativas à escala da UE para fazer face às consequências económicas dos choques externos, em particular o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR);

2. Observa que, segundo as previsões económicas do outono de 2025 da Comissão, o PIB da UE deverá aumentar 1,4 % em 2025, em relação a 2024;

3. Observa que, em geral, o rácio dívida bruta/PIB das administrações públicas deverá atingir 82,8 % em 2025;

4. Manifesta preocupação pelo facto de um investimento privado e público insuficiente ser suscetível de prejudicar o crescimento sustentável na Europa e de impedir a UE de cumprir as prioridades comuns, enunciadas na agenda estratégica da UE para 2024-2029;

5. Recorda que os fenómenos meteorológicos extremos têm um impacto significativo nas finanças públicas; está ciente de que o impacto e a frequência de fenómenos meteorológicos extremos se agravarão nos próximos anos, devido às alterações climáticas;

6. Congratula-se com o facto de a inflação ter sido reduzida para o nível-alvo do Banco Central Europeu, após ter atingido o seu nível máximo de 10,6 % em outubro de 2022; observa, no entanto, que a inflação regista níveis diferentes nos Estados-Membros, atingindo níveis mais elevados nos Estados-Membros com indústrias energeticamente intensivas;

7. Manifesta preocupação pelos riscos para a estabilidade macroeconómica associados ao aumento dos preços da habitação em todos os Estados-Membros, em particular as potenciais restrições à mobilidade laboral e o enfraquecimento do crescimento da produtividade;

8. Observa que, em média, a taxa de emprego na UE atingiu um nível recorde; congratula-se com a integração do quadro de convergência social no relatório conjunto sobre o emprego do Semestre Europeu;

Revisão do quadro de governação económica da UE

9. Recorda que o objetivo da reforma do quadro de governação económica é melhorar a sua capacidade para ter em conta a heterogeneidade das situações orçamentais, da dívida pública e dos desafios económicos, bem como ajudar a superar os desafios de médio e longo prazo que a UE enfrenta;

10. Toma nota das alterações específicas ao quadro de governação económica da UE, publicadas pela Comissão em 2 de outubro de 2025;

Orientação orçamental

11. Manifesta preocupação pelo facto de o MRR chegar ao seu termo em 2026 e pelo impacto que tal poderá ter na orientação orçamental global da UE;

12. Observa que a orientação orçamental global dos Estados-Membros é globalmente neutra em 2025, apesar das disparidades significativas entre os Estados-Membros;

Recomendações específicas por país (REP)

13. Toma nota do compromisso da Comissão de utilizar o Semestre Europeu para promover a competitividade, a sustentabilidade e a justiça social, bem como para integrar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e do Pilar Europeu dos Direitos Sociais no Semestre Europeu;

14. Recorda o papel das REP na coordenação das prioridades da UE; regista a falta de progressos na aplicação efetiva das REP; exorta a Comissão a repensar a forma como as REP são elaboradas e como lhes é dado seguimento; frisa que as REP devem estar sujeitas a um controlo democrático mais forte por parte do Parlamento Europeu; apela a uma maior participação das principais partes interessadas, como os parceiros sociais e as organizações da sociedade civil, na elaboração das recomendações específicas por país;

15. Toma nota da intenção da Comissão de continuar a refletir nas REP as ações que são fundamentais para a União da Poupança e dos Investimentos, tal como anunciado na comunicação da Comissão de 19 de março de 2025[10];

16. Observa que as REP deverão desempenhar um papel mais determinante no próximo quadro financeiro plurianual para orientar o investimento e as reformas a nível nacional e regional; considera que a seleção das reformas e dos investimentos deve ser efetuada em função da sua eficácia para dar seguimento às REP pertinentes, a fim de alcançar uma transição justa para uma economia verde; assinala que este processo deve ser acompanhado de um maior controlo democrático;

17. Observa que as REP de 2025 se centram mais na competitividade e na simplificação; lamenta o facto de haver menos REP dedicadas às políticas sociais e climáticas;

Colmatar o défice de investimento

18. Recorda que o relatório Draghi demonstrou claramente a necessidade de aumentar o investimento público e privado para impulsionar a competitividade da UE;

19. Apela à criação de outras capacidades de investimento à escala da UE, a fim de manter a capacidade desta para realizar os investimentos necessários;

20. Observa que a evolução do ambiente geopolítico exige ainda mais unidade e solidariedade entre os Estados-Membros; apoia os esforços envidados pela Comissão para conseguir uma abordagem mais coordenada da defesa; observa que o Instrumento de Ação para a Segurança da Europa (SAFE) cria um mecanismo de empréstimo de 150 mil milhões de EUR para apoiar os investimentos dos Estados-Membros na defesa; lamenta, no entanto, que o Instrumento SAFE se baseie no artigo 122.º do TFUE, limitando o controlo parlamentar;

21. Observa que apenas 16 Estados-Membros ativaram a cláusula de derrogação nacional para as despesas com a defesa;

22. Recorda que a Comissão nunca lançou um procedimento por desequilíbrio excessivo, apesar de alguns Estados-Membros apresentarem frequentemente desequilíbrios nas contas correntes;

°

° °

[10] Comunicação da Comissão, de 19 de março de 2025, intitulada «União da Poupança e dos Investimentos — Uma estratégia para promover o património dos cidadãos e a competitividade económica na UE» (COM(2025)0124),

23. Encarrega a sua Presidente de transmitir a presente resolução ao Conselho e à Comissão.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O Semestre Europeu é um instrumento importante para a coordenação das políticas económicas e orçamentais entre os Estados-Membros da UE, com implicações mais vastas noutros domínios de intervenção. O relatório de iniciativa de 2026 sobre o Semestre Europeu destaca que a UE enfrenta consideráveis necessidades de investimento num contexto de crescente incerteza geopolítica, ameaças nas suas fronteiras orientais e grandes desafios estruturais, relacionados com a competitividade, a resiliência e a sustentabilidade da economia europeia. A relatora assinala a necessidade de superar estes desafios e de mobilizar os investimentos públicos e privados necessários, em especial no domínio da transição ecológica, da competitividade e da segurança e defesa. O relatório felicita a Comissão pela aplicação, à escala da UE, de instrumentos para dar resposta aos recentes desafios e choques externos, designadamente o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) e o Instrumento de Ação para a Segurança da Europa (SAFE), mas manifesta preocupação pelo facto de ainda estarmos longe dos objetivos descritos no relatório Draghi para satisfazer as necessidades de investimento mais vastas da UE.

O projeto de relatório observa que os níveis do défice e da dívida variam bastante entre os Estados-Membros, o que exige políticas e recomendações específicas para alcançar a sustentabilidade orçamental a longo prazo. O relatório observa igualmente que a taxa média de emprego na UE atingiu um nível recorde. Ao mesmo tempo, o relatório observa com preocupação que o MRR chegará ao seu termo em 2026, o que poderá ter um impacto negativo na orientação orçamental global da UE. O relatório exprime igualmente preocupação pelo impacto que os fenómenos meteorológicos extremos poderão ter nas finanças públicas nos próximos anos e pelos riscos macroeconómicos associados ao aumento dos preços da habitação em toda a UE.

No que diz respeito às recomendações específicas por país (REP), o relatório assinala a falta de progressos na aplicação das REP nos Estados-Membros e insta a Comissão a repensar a forma como as mesmas são elaboradas e como lhes é dado seguimento, em especial através de uma maior participação do Parlamento Europeu e das principais partes interessadas, como os parceiros sociais e as organizações da sociedade civil. Além disso, a relatora incentiva a Comissão a dedicar mais REP às políticas climáticas e sociais. O relatório toma igualmente nota do plano de atribuir às REP um papel mais determinante no próximo QFP para orientar os investimentos e as reformas nacionais e regionais, e a relatora considera que importa dar prioridade aos investimentos e às reformas em função da sua eficácia para a consecução de uma transição justa para uma economia verde.